



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680985 - MT (2021/0223949-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FAHD DIB JUNIOR
ADVOGADO : FAHD DIB JUNIOR - SP225274
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : TATIANE RAMIREZ MAIA (PRESO)
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TATIANE RAMIREZ MAIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (HC n. 1011950-74.2021.8.11.0000).

A paciente teve sua prisão preventiva decretada pela prática, em tese, dos crimes de associação criminosa (art. 288 CP), furto mediante fraude (art. 155, §4º, II CP) e furto praticado em concurso de pessoas (art. 155, §4º, IV CP).

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, aduzindo que a paciente é mãe de uma criança de 9 anos e de um jovem 18 anos de idade e que o genitor de sua filha encontra-se custodiado cautelarmente por força do mesmo decreto prisional.

Sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta à paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que a paciente é primária, ostenta bons antecedentes, tem trabalho e residência fixos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão imposta à paciente, ou concedida a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas*

corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

É que, não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos que a paciente teria empreendido fuga, havendo "probabilidade de vazamento de informações da operação bem como que os representados estariam fugindo para outro país" (fl. 28). Tal hipótese suscita dúvidas sobre o enquadramento da condição da paciente, uma vez que a matéria não é pacífica na jurisprudência desta Corte e em alguns julgados indica possibilidade de configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente